

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-150110-2614>

SER OU NÃO SER “PAÍS DO FUTURO”, EIS UMA QUESTÃO DISCURSIVA

Diego Vieira Braga*

Aracy Ernst**

Universidade Católica de Pelotas

Escola de Educação

Programa de Pós-graduação em Letras

Pelotas, RS, Brasil

***Resumo:** Neste artigo, analisamos um pronunciamento da Presidenta Dilma Rousseff que faz referência ao enunciado “Brasil, um país do futuro”, visto aqui como constituinte do imaginário nacional. Com base na análise de discurso de orientação em Michel Pêcheux, investigamos a memória e as relações de sentidos que emergem com a remissão ao enunciado. Trazendo reflexões como a de Orlandi (2012) sobre gestos de interpretação e de Castoriadis (1987) sobre desenvolvimento como significação imaginária, mostramos que o referido discurso, ao responder à suposta imagem negativa sobre o país construída pelo enunciado, perpetua tal representação, logo, o sentido, em uma só direção (política).*

***Palavras-chave:** Análise de discurso. Discurso político. Interpretação. Imaginário. Desenvolvimento.*

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar o funcionamento de um enunciado em particular, considerado constitutivo do imaginário brasileiro, dentro de um discurso de natureza política. Trata-se de “Brasil, um país do futuro”, enunciado que foi título de um livro lançado em 1941 e que acabou se tornando uma das construções linguísticas mais recorrentes ao se imaginar o país e falar a respeito dele.

Desde a sua “gênese”, entre as diversas ocasiões em que foi reproduzido, integral ou parcialmente, são as referências feitas em âmbito político, por governantes e autoridades públicas de diferentes filiações ideológico-partidárias, que talvez melhor ilustrem o caráter polêmico do enunciado em questão. É também em relação à área política, em termos de práticas administrativas de um Estado — com suas perspectivas, processos e consequências —, que pensamos poder atribuir a frequente retomada do enunciado por especialistas, comentaristas e mesmo pela sociedade em geral, em discussões que giram em torno da situação e dos rumos do país.

* Doutorando em Letras. Bolsista PROSUP/CAPES. Email: diegho.braga@gmail.com.

** Doutora em Letras/Linguística Aplicada. Professora do Programa de Pós-graduação em Letras. Email: aracyep@terra.com.br.

Seria inviável realizar um levantamento das menções de “Brasil, um país do futuro” em mais de setenta anos desde que o escritor austríaco Stefan Zweig utilizou essa construção para nomear a obra que, na opinião do pesquisador brasileiro Alberto Dines (2013, p. 7), é “o mais famoso de todos os textos que se escreveram sobre o Brasil.” Ainda segundo Dines (s.d.), que é biógrafo e fundador do museu Casa Stefan Zweig¹, a expressão “país do futuro” foi sugerida para o título da obra por James Stern, responsável por uma das traduções (do idioma alemão para o inglês). Mas ele teve essa ideia a partir da epígrafe escolhida por Zweig que consistia em trecho de um texto atribuído a um embaixador austríaco na época do Imperador Pedro II. O embaixador, tentando convencer um diplomata francês a aceitar um cargo no Rio de Janeiro, caracterizou o Brasil como “Um país novo, um porto magnífico, o distanciamento da mesquinha Europa, um novo horizonte político, *uma terra do futuro* e um passado quase desconhecido...” (ZWEIG, 2013, p. 11, grifos nossos). Dines (s.d.) salienta que a decisão final sobre o título foi tomada em conjunto conforme explicado pelo próprio Zweig em carta enviada a um de seus editores, sendo que “terra do futuro” foi substituído por “país do futuro” em algumas edições, entre elas, a brasileira.

Sem entrar no mérito de questionar se é ou não o mais conhecido dos relatos feitos sobre o país, o presente estudo reconhece sua relevância, especialmente do enunciado-título, para a formação de um imaginário nacional contemporâneo e na própria representação deste imaginário, tanto para brasileiros quanto para estrangeiros.

Assim, para realizar uma abordagem discursiva de “Brasil, um país do futuro”, acreditamos ser pertinente inicialmente relacioná-lo com a noção de discurso fundador, presente em Orlandi (1993a; 1993b). Em seguida, apresentaremos a sequência discursiva a ser analisada, em que reconhecemos uma clara referência ao enunciado-título do livro de Zweig. Pretendemos compreender que memória reaparece por meio dessa remissão, quando o sujeito enunciador é a Presidenta da República, Dilma Rousseff, e, para isso, buscamos indícios na materialidade linguística afetada pela historicidade².

Paralelamente, recobramos reflexões como a de Orlandi (2012) sobre gestos de interpretação e de Castoriadis (1987) sobre desenvolvimento como significação imaginária. Faremos isso promovendo a alternância entre descrição e interpretação que é característica do fazer analítico em AD (PÊCHEUX, 1997). Desse modo, pretendemos expor movimentos de interpretação realizados e efeitos de sentido produzidos. Estes, em nossa perspectiva, podem estar amparados em um imaginário do qual “país do futuro” é constitutivo, mas por consequência de uma ressignificação crítica acerca da noção de desenvolvimento que nos parece distante de uma correspondência com a concepção de Zweig na referida obra.

¹ Localizado em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, cidade em que Zweig e a esposa se refugiaram devido à Segunda Guerra Mundial e onde cometeram suicídio, temendo que o conflito chegasse também ao Brasil. Mais informações disponíveis em: <<http://www.casastefanzweig.com.br>>. Acesso em: 27 mar. 2014

² Na AD, a relação entre história e língua é tomada como constitutiva do discurso, sendo chamada historicidade o modo como a primeira se inscreve na segunda.

2 “PAÍS DO FUTURO” E SEU EFEITO FUNDADOR

Entre as muitas contribuições da pesquisadora Eni Orlandi no âmbito da AD de orientação pêncheuxtiana, destacamos, de início, sua reflexão sobre discursos fundadores, doravante DF, que se mostra relevante para pensar teoricamente um enunciado como “Brasil, um país do futuro”. Conforme preceitua a autora (1993a, p. 7), um discurso fundador “não se apresenta como já definido, mas antes como uma categoria do analista a ser delimitada pelo próprio exercício da análise dos fatos que o constituem”. Ainda segundo Orlandi (1993a, 7), os DF são, para um país, discursos que funcionam como referência básica de seu imaginário constitutivo.

Acreditamos que esse funcionamento, marcado pelo trabalho da ideologia e do inconsciente, ocorre no enunciado que submetemos à análise neste estudo. Nas palavras da autora (1993b, p. 12), os enunciados dos DF “vão nos inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente.” Nesse sentido, julgamos que em nenhum outro a ideia de futuro se imponha tão explicitamente como no enunciado zweiguiano. Já na reflexão da autora surgem outras proposições que para ela oferecem a “sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido: diga ao povo que eu fico, quem for brasileiro siga-me, *libertas quae sera tamen*, independência ou morte, em se plantando tudo dá etc.” (ORLANDI, 1993b, p. 12, grifos da autora).

Na perspectiva do presente trabalho, dois aspectos particularizam historicamente o enunciado “Brasil, um país do futuro” perante outros. Primeiro, sua estrutura base, que, em geral, não parece se alterar com o passar do tempo, e o relançar indefinido de situações em que é empregado. Modificações estruturais são uma condição prevista por Orlandi (1993b), ao pontuar que os enunciados em que os DF se materializam podem não se repetir termo a termo em sua retomada histórica cotidiana, diferindo as versões usuais das encontradas em documentos históricos. A autora cita como exemplo “em se plantando tudo dá”, que não corresponde exatamente à formulação inicial na carta de Pero Vaz de Caminha.

Segundo, embora se saiba, com Orlandi (1993b), que os enunciados funcionam não a partir da sua forma empírica, mas das suas imagens enunciativas, em “Brasil, um país do futuro” parece haver um conflito entre representações possíveis, espécie de choque entre uma versão, se assim podemos dizer, originária³ de Zweig, e outra, como nas palavras de Orlandi (1993b, p. 12), “que ‘ficou’”, ou seja, uma versão que se cristalizou no imaginário e passou a figurar entre as ideias que definem o Brasil. Parafraseando a autora, acreditamos poder falar em uma versão que “foi ficando”, sobrepondo-se pelo trabalho ideológico e assumindo uma predominância no ideário histórico, de forma que, aparentemente, a identidade construída através do enunciado contraria o entusiasmo com que parece ter sido concebido.

³ Cabe fazer a ressalva de que, por princípio teórico da AD, não se pode determinar um ponto de origem absoluto para qualquer discurso, tampouco precisar seu alcance final. O termo “originário” pode ser entendido aqui em relação a um espaço-tempo determinado que circunscreve a aparição da obra e do enunciado que lhe serve de título.

Os discursos produzidos com base nesse enunciado fundador reverberam efeitos de sentido que vão do pessimismo à descrença, sustentados em argumentos cujo teor crítico faz imaginar o Brasil como uma eterna promessa, lugar de expectativas que (ainda) não chegaram a se realizar. Discursos assim acabaram formando um consenso depreciativo sobre o país, junto a outros tantos: terra do jeitinho e dos contrastes, do atraso e da malandragem, da corrupção e da impunidade etc.

Essa memória foi construída e naturalizada também em frustrações históricas e suas respectivas formulações, como “milagre econômico”⁴, “década perdida”⁵, exemplos lembrados aqui não de maneira fortuita, pois apontam para um fator que consideramos crucial para a compreensão das relações de sentido contraditórias que se estabelecem a partir do enunciado zweiguiano: a noção de desenvolvimento. A seguir, será visto como essa palavra pode significar distintamente nos discursos de Stefan Zweig e de Dilma Rousseff e, embora não faça parte da linearidade da sequência a ser analisada, produz seus efeitos no jogo entre o simbólico e o político.

3 “PAÍS DO FUTURO” NO DISCURSO DA PRESIDENTA DILMA

Conforme exposto, esse enunciado se tornou parte da história do Brasil. Diríamos mesmo que passou a constituir a história das ideias sobre o Brasil. Recobrado em diversas situações enunciativas no transcorrer dos anos, seja na informalidade de um comentário alusivo, seja na referência crítica de uma argumentação, sua frequente reprodução nos discursos de políticos, intelectuais, economistas, jornalistas, entre outros, atesta o valor que adquiriu no imaginário social brasileiro. Uma de suas recentes reaparições foi no discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a

⁴ Período ocorrido durante os anos de ditadura militar no Brasil, conhecido pelo crescimento econômico, com forte investimento industrial e ampliação da produção nacional pela intervenção do Estado. Esse “salto modernizante e industrializador”, como caracterizam Cruz e Moraes (2010, p. 154), trouxe impactos para as estruturas da economia e da própria sociedade brasileira. Paradoxalmente, apresentou implicações negativas como um aumento da concentração de renda e um aprofundamento das desigualdades sociais. Aspectos como esses, explicam Cruz e Moraes (2010, p. 158), reforçaram o discurso das forças políticas que se opunham ao regime militar e ao modelo econômico então em vigor no Brasil. Uma crise internacional no preço do petróleo em meados da década de 70 é considerada o marco do fim desse período.

⁵ Como passou a ser conhecida a década de 1980, principalmente do ponto de vista econômico, entre os países da América Latina. É interessante registrar o que Machado e Pamplona (2008) recobram do primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicado em 1990. Nesse texto, relembram os autores, o Brasil é classificado como um dos países que viveram, nos anos que antecedem o relatório, oportunidades perdidas para o desenvolvimento humano. Convém ressaltar que esse desenvolvimento não depende exclusivamente de resultados econômicos, sendo que os autores lembram que o próprio relatório “indica a inexistência de ligação automática entre o crescimento na renda e o progresso humano” (MACHADO; PAMPLONA, 2008, p. 65). Contudo, a associação que parece ter prevalecido a respeito da expressão “década perdida” é mesmo com a situação das economias na época. É o que identificamos, por exemplo, em Cruz (2000) a respeito do caso brasileiro. Embora reconhecendo o entusiasmo com que o período foi vivido no país pelo restabelecimento da democracia no plano político, o autor descreve como dramático o que se assistiu no cenário econômico. Conforme o autor, na “década perdida” a economia brasileira apresentou “um comportamento errático, onde todos os indicadores macroeconômicos exibiam enorme instabilidade” (CRUZ, 2000, p. 15). Sob esse ponto de vista, foram anos caracterizados por taxas menores de produtividade industrial e de crescimento do PIB, além de altos índices de inflação.

cerimônia de posse de novos ministros de Estado no dia 17 de março de 2014, em Brasília. A seguir, transcrevemos o trecho dessa fala em que acreditamos haver uma clara remissão ao enunciado de Zweig:

vocês, ex-ministros, junto com todos os demais ministros desse governo, contribuíram decisivamente para a construção e para a consolidação de um projeto de Brasil que propiciou algo raro: crescer, diminuir a desigualdade, construir um mercado interno de massa e, ao mesmo tempo, manter os fundamentos macroeconômicos e garantir que o Brasil mantém hoje, diante de um quadro que agora começa a melhorar internacionalmente, uma situação de estabilidade para enfrentar todas as conjunturas. *Nós deixamos de ser o país do futuro*. E esses brasileiros que aqui estão hoje, eles são responsáveis por a gente estar construindo o Brasil do presente. (ÁUDIO..., grifos nossos).

Consideramos esta uma das muitas falas que associam o enunciado difundido por Zweig a partir dos anos 1940 com uma ideia específica a respeito de desenvolvimento. Insistimos em relacionar com o termo ‘desenvolvimento’, embora não apareça de fato na sequência, por compreendermos que ele funciona como um traço catalisador entre diversas formulações e palavras efetivamente empregadas: “construção”, “consolidação”, “projeto de Brasil”, “crescer”, “diminuir a desigualdade”, “construir”, “mercado interno”, “massa”, “fundamentos macroeconômicos”, “quadro”, “situação de estabilidade”, “conjunturas”, “construindo o Brasil”. Isso porque, sob o ponto de vista aqui adotado, trata-se de um discurso político-administrativo que focaliza resultados de ações governamentais por um viés eminentemente econômico e, em certa medida, desenvolvimentista.

Após elencar realizações das quais seu corpo ministerial participou, Dilma afirma: “Nós deixamos de ser o país do futuro”. Por “nós”, a presidenta procura designar o Brasil em si, além de estar aí também incluída, pessoalizando o epíteto. Embora sem pretender detalhar o funcionamento discursivo do “nós” na fala da presidenta, deve-se reconhecer que, além de expressar pluralidade, essa forma pronominal manifesta certa ambiguidade, o que pode ser favorável ao sujeito que a enuncia. De fato, Indursky (2000, p. 23), ao refletir sobre a noção de porta-voz e sua função enunciativa no discurso sobre o MST, afirma que a melhor forma de representação do sujeito político consiste precisamente em “enunciar ‘nós’ de forma inclusiva, elegendo a si e a seus representados [...] como o que constitui a referência a esse ‘nós’.”

Com “deixamos de ser”, o sujeito enunciativo faz ressoar o discurso-outro ao contestar a validade da proposição zweiguiana, buscando claramente afastar a visão arraigada que se convencionou evocar por meio desta, tanto local quanto globalmente. Convém lembrar que, em AD, o termo *outro* costuma referenciar a heterogeneidade de todo discurso, característica estudada detalhadamente por Authier-Revuz (1990), embora essa autora se inscreva no âmbito dos estudos da Enunciação. Na perspectiva da AD, considera-se que um discurso é sempre atravessado por outros discursos encontrados nas sociedades e na história (PÊCHEUX, 1997), produzidos por outros sujeitos, que o antecedem e o constituem, e aos quais ele (o discurso) responde, seja para apoiar, seja para confrontar. No discurso que estamos analisando, a tendência é para o confronto, pela tentativa de se desfazer, de abandonar, de desconstruir uma imagem considerada negativa para o país, e inconveniente para qualquer governante.

Aqui, vemos funcionar as formações imaginárias, tal como Pêcheux (1993a) explica, não apenas pela designação do lugar do sujeito enunciador e do outro na estrutura discursiva através das imagens que estes se atribuem, mas pela projeção feita a propósito do referente. Esse funcionamento do processo discursivo, relacionado ao objeto da representação, pode ser examinado por meio das seguintes perguntas formuladas pelo autor (1993a, p. 84): “De que lhe falo assim?” e “De que ele me fala assim?”, o que atesta a abrangência das formações imaginárias, por também serem próprias à representação que se confere ao referente tratado no discurso. Isso é relevante ao presente estudo, pois se vê aí colocado o elemento *de que* trata o discurso e *de que* enunciam os interlocutores conforme suas posições. Esse objeto também é imaginário, como ressalta Pêcheux, e o efeito de sentido produzido sobre ele é correspondente ao lugar discursivo que os interlocutores assumem, designado na formação imaginária.

A referência a “Brasil, um país do futuro” faz parte da estratégia discursiva de Dilma. A visão de desenvolvimento brasileiro que ela representa para si é uma representação possível para seu interlocutor, embora não seja, segundo ela, compatível com a atual realidade brasileira e, acrescentaríamos, desejável desde o lugar institucional que ocupa. A presidenta ancora seu discurso em uma determinada representação configurada no imaginário social para então atualizá-la, ou mesmo refutá-la, fazendo com que a memória advinda de processos anteriores, que vem funcionando a partir de outras condições de produção, sofra uma reorganização que afete a ordem do enunciável sobre o Brasil.

Discursivamente, podemos dizer que Dilma está praticando um gesto de interpretação, tal como teorizado por Orlandi (2012) com base na noção de gesto para Pêcheux (1993a), isto é, um ato no nível do simbólico. É importante enfatizar que, ao falar em interpretação a partir da perspectiva da AD, estamos reconhecendo essa ação como sendo inevitável para os sujeitos. Em um texto muito conhecido entre os analistas, Henry (1994, p. 51-52) afirma que “não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências.” Não se deve, contudo, pensar que a necessidade de atribuir sentido frente ao que ocorre no mundo, fatos naturais ou sociais, autoriza a falar em uma autonomia do sujeito interpretante. O que ocorre é uma espécie de injunção para que haja interpretação, mas isso não acontece de qualquer jeito.

Conforme alerta Orlandi (2012, p. 19), a interpretação “sempre se dá de algum lugar da história e da sociedade e tem uma direção, que é o que chamamos de política.” Pensar politicamente a questão da interpretação, na perspectiva à qual nos filiamos, é reconhecer que a produção de diferentes efeitos de sentido é sempre dirigida, isto é, por se dar sob certas condições sociais e históricas, acaba materialmente determinada. O político configura a divisão do sentido, cuja direção, enfatiza Orlandi (2012, p. 22), “se específica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição.” Tais considerações convidam a pensar que, se é possível falar em interpretação como gesto, trata-se, sobretudo, de um gesto (de leitura) político.

Conforme Ferreira (2001, p.19), a leitura consiste no “caminho material para se chegar à interpretação.” Articulamos a essa proposição o que entendemos que Pêcheux (1994, p. 57), ao se referir à leitura de documentos de arquivo, designa por gestos de

leitura: práticas que organizam maneiras de ler, passíveis de serem reconstituídas de forma a superar o nível da apreensão (leitura literal) para produzir uma leitura interpretativa. Desse modo, compreendemos que cada direção de leitura leva a determinada interpretação.

Ainda a respeito do gesto de interpretação, Orlandi (2012, p. 22) explica que este “decide a direção dos sentidos, decidindo, assim, sobre sua (do sujeito) direção.” Pode-se reconhecer aqui novamente a ingerência que cerca e atravessa a relação do sujeito com os sentidos, por estes inevitavelmente se reportarem à história, que, ainda segundo a autora (2012, p. 18), é o que materializa a interpretação, que, por sua vez, é “o lugar próprio da ideologia.” Como se pode ver, ideologia e interpretação estabelecem uma relação indissociável. Isso permite especificar o estatuto da ideologia no âmbito da AD, não como espaço de ocultação ou dissimulação, mas como constitutiva da interpretação do sentido em uma determinada direção. Conforme sintetiza a autora, do mesmo modo que não pode haver sentido sem interpretação, não pode haver interpretação sem ideologia.

É válido lembrar que, conforme Pêcheux (1995, p. 160), é a ideologia que fornece as evidências, que dão a falsa certeza de que todo mundo “sabe” o que uma palavra ou um enunciado dizem e querem dizer. Essa falsa transparência da linguagem mascara o caráter material dos sentidos. Entretanto, como ressalva esse mesmo autor (1995, p. 301), a ideologia não é um ritual sem falhas e, estando a língua sujeita ao equívoco⁶, percebemos, com o autor, a possibilidade que todo enunciado tem de se transformar, uma vez que o sentido nunca é dado *a priori* e nunca está completamente fixado. Pensamos conseguir observar analiticamente essas reflexões no caso do pronunciamento da presidenta Dilma, ao identificar pontos de instabilidade do discurso, lugares em que, ainda segundo Pêcheux (1993b, p. 317), o controle estratégico do discurso escapa aos sujeitos.

Na sequência trazida para análise, percebemos claramente um retorno à formulação zweiguiana. Porém, pensada enquanto objeto discursivo, essa formulação se apresenta como elemento de saber do interdiscurso que constitui uma formação discursiva (FD) na qual o dizível (o possível de dizer, porque já-dito) sobre o Brasil produz sentidos considerados negativos. Assim, não estamos considerando somente a estruturação pela língua, mas, como em todo discurso, também a efetivação pela existência de uma memória sócio-histórica que compõe seu interdiscurso, descrito por Pêcheux (2011, p. 145-146) como “corpo de traços como materialidade discursiva, exterior e anterior à existência de uma sequência dada, na medida em que esta materialidade intervém para constituir tal sequência” e que, para Orlandi (2002, p. 52), “sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas mas esquecidas que vão construindo uma história de sentidos.” Por meio desses saberes disponibilizados pelo interdiscurso, conclui a autora em outro texto (2003), uma FD se constitui em relação às outras.

⁶ Na perspectiva da AD, o equívoco acusa que o sistema linguístico, aparentemente regular e homogêneo, apresenta inconsistências, pois é afetado pelo histórico.

Desse modo, temos o retorno do já-dito na sustentação do que se vem a dizer no interior de uma FD. No caso trazido à análise, o pessimismo e a descrença são alguns dos efeitos autorizados pelo trabalho ideológico, anteriormente referido, que foi se naturalizando e passou a vigorar exatamente pelas sucessivas retomadas da formulação para significar projeções não concretizadas ou utópicas a respeito do desenvolvimento do País.

Assim, compreendemos que o sujeito-enunciador Dilma pratica um gesto por meio do qual textualiza, materializa na língua o político, isto é, realiza um movimento interpretativo, ideologicamente orientado, acerca de “Brasil, um país do futuro”, expondo sua filiação à referida FD. Sua argumentação, embora pautada pela tentativa de ressignificar o enunciado enquanto já-dito, está comprometida com o saber interdiscursivo na forma como ele se naturalizou. É importante advertir que falamos em argumentação considerando que ela não provoca mudanças na posição do sujeito, por sua vez já definida, tal como explicado por Orlandi (1998, p. 78), para quem os argumentos são “produtos dos discursos vigentes, historicamente determinados.” Feita essa ressalva, vejamos então como equívocos irrompem durante a regulação argumentativa, revelando o compromisso do sujeito-enunciador no discurso em questão.

Antes da remissão ao enunciado, o trecho “construção e para a consolidação de um projeto de Brasil” sinaliza o viés desenvolvimentista pela indicação às etapas necessárias para a colocação em prática de um plano para o País, ou seja, seus sucessivos, porém distintos, momentos de implantação e amadurecimento. Com a enumeração dos resultados alcançados com esse empreendimento, a partir do trecho “propiciou algo raro”, percebemos como o discurso da presidenta se torna cada vez mais tributário do saber da FD que identificamos acima. Ao realizar a remissão, a adesão se explicita, pois com “deixamos de ser” não está apenas manifestando a negação e a recusa de um “rótulo”. Nessa perspectiva, tentar invalidar a imagem evocada pelo enunciado é, antes de qualquer coisa, reconhecer o vínculo deste com uma determinada tradição de sentidos, vigente até então.

Contudo, os resultados elencados não parecem suficientes para garantir a chegada do Brasil a um patamar definitivo quanto ao seu desenvolvimento que justifique não ser mais conhecido como “país do futuro”. Isso porque, após a referência ao enunciado, afirma-se “por a gente estar construindo o Brasil do presente”. O gerúndio que se apresenta em “estar construindo” demonstra que o “projeto de Brasil” ainda está em curso, e que, mesmo com resultados no presente, sua concretização plena ainda está por acontecer, ou seja, é consequência futura, não imediata.

Portanto, não só pela filiação, mas também pelo próprio aspecto inconcluso manifestado, o discurso de Dilma não desconstrói a imagem de eterna promessa, da permanente virtualidade, que predomina a respeito do enunciado zweiguiano em sua relação com o País. De maneira contrária, acaba perpetuando essa representação.

Os sentidos cristalizados no imaginário social e que, como visto, acabam novamente se legitimando no discurso da presidenta, apresentam um traço ideológico que pode ser compreendido por meio da noção de desenvolvimento que o filósofo Cornelius Castoriadis (1987) se propõe a discutir.

Sua abordagem trata o desenvolvimento como significação imaginária social, isto é, como uma construção imaginária que adquire importância como elemento organizador e de manutenção das determinações que instituem o modo de ser da sociedade, a concepção que esta tem de si própria e para com o mundo. Neste sentido, o desenvolvimento costuma ser pensado como o processo que leva um referente de um estado embrionário, virtual, a um estado de maturidade; por isso, salienta Castoriadis (1987, p. 161), refere-se “a um ‘potencial’ que já está lá e a uma realização, um acabamento, um ato, uma *énergia* dados, definidos, determinados; é opor uma ‘matéria’ já rica em determinações não explicitadas à *forma* que ela vai assumir” (grifos do autor). É neste pensamento, afirma o autor, que todo o pensamento ocidental se sustenta. No caso de um país como o Brasil, não por acaso designado em diversos documentos como um país “em vias de desenvolvimento” ou “emergente”, a norma parece ser atingir um estado de maturidade definível, o que permitiria pensá-lo então como “país desenvolvido”. No presente.

Contudo, o desenvolvimento a que se refere Castoriadis é o típico desenvolvimento visado em uma formação social capitalista, que funciona como um chamariz das políticas dos governos, apresentando o crescimento econômico como principal solução para os problemas humanos. A ideia amplamente difundida era, segundo o autor (1987, p. 136), a de atingir uma maturidade industrial e de consumo.

Nessa concepção, instaurada com o surgimento da sociedade burguesa e as novas significações sociais que viabiliza, o que se leva em conta são os números, as quantificações. O humano e o social ficam como complemento, à margem do significar. Mesmo os indicadores sociais são trabalhados como dados mensuráveis. Economia e racionalidade, observa Castoriadis (1987, p. 140), são alguns termos que andam juntos com essa noção de desenvolvimento e contribuem, em nosso entender, para uma compreensão tácita por parte de políticos e dirigentes públicos. Nas palavras do autor,

ninguém, ou quase ninguém, se detém para se perguntar: *o que é o ‘desenvolvimento’, por que o ‘desenvolvimento’, ‘desenvolvimento’ de que e em direção a quê?* Como já se notou, o termo ‘desenvolvimento’ começou a ser empregado quando se tornou evidente que o ‘progresso’, a ‘expansão’, o ‘crescimento’ não eram virtualidades intrínsecas, inerentes a todas as sociedades humanas, cuja efetivação (realização) se pudesse considerar como inevitável, mas propriedades específicas — dotadas de um ‘valor positivo’ — das sociedades ocidentais. Estas foram consideradas, então, como sendo sociedades ‘desenvolvidas’, entendendo-se com isso que elas eram capazes de produzir um ‘crescimento auto-sustentado’; e o problema parecia consistir unicamente nisto: conduzir as demais sociedades à famosa ‘etapa de decolagem’. (CASTORIADIS, 1987, p. 140, grifos do autor).

No caso do Brasil, pode-se dizer que o país sempre encontrou muitos problemas para alcançar essa fase do modelo, pois se exigia uma combinação de condições e não somente o investimento financeiro. Os “obstáculos ao desenvolvimento”, como designa o autor, eram de ordem técnica, o que abrange a formação e qualificação profissional, mas também pelo que o autor denomina “fator humano”. Ele se refere à falta de uma iniciativa, de uma classe empreendedora, que, em sua opinião (1987, p. 141-142), requisitaria que se modificassem “as estruturas sociais, as atitudes, a mentalidade, as significações, os valores e a organização psíquica dos seres humanos.”

Assim, na visão de Castoriadis (1987, p. 144-145), o verdadeiro ponto de referência para o desenvolvimento consistiria na “ideia de que o crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas é, *de fato*, o objetivo central da vida humana”. Essa concepção é o que o filósofo (1987, p. 145) chama de significação imaginária social, à qual corresponderiam “novas atitudes, valores e normas, uma nova definição social da realidade e do ser.” Acrescente-se que, sendo o imaginário social regido pelo político, o pertencimento de um sujeito a uma dada formação social passa, necessariamente, por essa filiação, ou, como explicado por Orlandi (1993b, p. 13), à memória com a qual, ao significar, nos significamos.

Pelo discurso de Dilma, vemos ser travada uma relação de forças entre um exterior que evoca sentidos que desvalorizam o referente “Brasil”, pessoalizado em um “nós”, e a perspectiva de uma ressignificação, uma nova definição a partir de um enunciado fundador, uma nova definição para o país e seu processo/estado de desenvolvimento. Mas, como observa Castoriadis (1987, p. 162), “à medida que a indefinição nos é insuportável, a definição é fornecida pelo crescimento das quantidades”. E isso faz com que o autor (1987, 162) afirme que, em se tratando de temas sociais, humanos, “o ponto de vista quantitativo do crescimento, da expansão, torna-se absolutamente decisivo: a forma/norma que orienta o ‘desenvolvimento’ social e histórico é a das quantidades crescentes.”

Essa é a discussão habitual sobre o desenvolvimento, burocrática, estatística, indiferente ao humano, ao social, seus sentidos e sutilezas. É neste ponto que reside a afirmação de que, além de não conseguir (se) desfazer (d)a imagem negativa que entende que o enunciado “Brasil, um país do futuro” constrói, Dilma acaba por insistir com o sentido como só sendo possível em uma única direção, interpretativa e, portanto, política. A obra de Stefan Zweig (2013), fruto de seu encantamento com o Brasil, não consiste em um mero ensaio visionário a respeito da inerente transformação do Brasil em uma potência econômica. Isso parece ficar particularmente claro neste trecho:

Por honradez, tampouco posso fornecer conclusões definitivas, previsões e profecias sobre o futuro econômico, financeiro e político do Brasil. Em termos econômicos, sociológicos e culturais, os problemas do Brasil são tão novos, tão insólitos e, principalmente por causa da sua extensão, estratificados de forma tão desordenada, que cada um deles exigiria uma equipe completa de especialistas para fornecer uma explicação consistente. (ZWEIG, 2013, p. 17).

Em nosso entender (e aí também em nossa interpretação, nosso gesto enquanto analistas) acerca da leitura do livro “Brasil, um país do futuro”, o enunciado-título produz efeitos de sentido concernentes às condições de produção da época em que foi formulado e que, em grande medida, mostravam-se adversas às convicções humanistas que o autor parece sustentar. Zweig era um romancista famoso, mas, por ter origem judaica, precisou fugir da perseguição nazista. No Brasil, encontrou uma terra que, aos seus olhos, mantinha a convivência pacífica entre seus habitantes, e isto parecia encantá-lo. Em certo momento diz:

Para os mesmos povos que, do outro lado do oceano, combatem-se insensatamente, o Brasil se tornou uma pátria comum e pacífica. E se a civilização do nosso Velho Mundo estiver mesmo destinada a se aniquilar nessa luta suicida — o que é nosso maior consolo nas horas do desespero —, sabemos que aqui surge uma nova, pronta a tornar realidade mais uma vez tudo aquilo que, entre nós, as gerações mais nobres desejaram e sonharam em vão: uma civilização humana e pacífica. (ZWEIG, 2013, p. 151).

Como pode ser visto, a admiração de Zweig para com o Brasil não é fruto de um entusiasmo vazio, mas do reconhecimento de um modo de significar o social que contrastava com a tensão beligerante em que grande parte do mundo estava envolvida. A esse respeito, e tomando por efeito conclusivo, podemos apreciar o que diz no seguinte trecho

a verdadeira questão é saber se a convivência pacífica e modesta de nações e indivíduos não seria mais importante do que o dinamismo extremado e superaquecido que incita uma nação contra a outra para a competição e, no final, para a guerra, e se, ao extrair de dentro de si todas as suas forças dinâmicas, não existe algo na alma do ser humano que acaba secando e murchando com esse constante *doping*, esse superaquecimento febril. À estatística comercial, aos números secos da balança comercial contrapõe-se aqui algo mais invisível do que o verdadeiro lucro: um humanismo indestrutível, não mutilado, e um contentamento pacífico. (ZWEIG, 2013, p. 137, grifo do autor).

Portanto, do interdiscurso que conforma o enunciado “Brasil, país do futuro” é possível distinguir também uma memória associada ao desenvolvimento humano, e não apenas aquela que se funda em interesses de crescimento econômico, mas que foi sendo tomada como um consenso em nosso imaginário social contemporâneo e ao qual o discurso de Dilma, que trouxemos para análise, acaba se filiando, ainda que inconscientemente.

Retomando a reflexão de Castoriadis (1987), é possível depreender do autor uma crença na conservação de um traço humanístico nas sociedades “em via de desenvolvimento” que resiste às ingerências e exasperações do modelo capitalista, algo que ele descreve como

um certo tipo de sociabilidade e de socialização, e um certo tipo de ser humano. Há muito tempo que eu considero que a solução dos atuais problemas da humanidade deverá passar pela conjunção desse elemento com a contribuição que o Ocidente pode trazer; entendo com isso a transformação da técnica e do saber ocidentais de tal modo que possam ser postos a serviço da preservação e do desenvolvimento das formas autênticas de sociabilidade que subsistem nos países ‘subdesenvolvidos’ — e, em troca, a possibilidade, para os povos ocidentais, de aprender lá alguma coisa que foi esquecida, e de se inspirarem neles para fazer reviver formas de vida genuinamente comunitária. (CASTORIADIS, 1987, p. 177-178).

Visto por essas perspectivas teóricas, o discurso de Dilma deixa silenciado esse caráter humano, com o social indistinto entre parâmetros quantitativos e escalares. De fato, a relação com Zweig fica restrita apenas ao plano da formulação, à mera reprodução da expressão por ele difundida. A imagem enunciativa em funcionamento na recente reaparição é a que eclipsou a concepção humanística do escritor. Marcado está o

ideário desenvolvimentista predominante inclusive no uso do artigo definido “o” antes de “país do futuro”, determinando, restringindo, insistindo em um sentido específico que se suspeita pejorativo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, a menção a “Brasil, um país do futuro”, feita por Dilma Rousseff em um de seus pronunciamentos, foi analisada levando-se em consideração a predominância de uma determinada representação imaginária sobre o País a partir desse enunciado.

Vimos que, aparentemente, a Presidenta enuncia contra a imagem negativa que acredita ser projetada pelo enunciado. Nesse caso, os efeitos de sentido produzidos caracterizam a direção interpretativa assumida pelo sujeito-enunciador Dilma, que concluimos compartilhar exatamente do mesmo modo de significar o enunciado que perpetuou a versão agora combatida.

A articulação teórica proposta mostrou-se produtiva. Ao fazermos intervir a noção de desenvolvimento como significação imaginária, recobrada de Castoriadis, acreditamos ter conseguido explicitar o funcionamento do mecanismo ideológico que constitui o gesto interpretativo em questão, nos termos de Orlandi. Os excertos de discurso analisados permitiram situar como o sujeito-enunciador já se encontra comprometido com a referida direção antes mesmo de efetuar a remissão propriamente dita. Uma direção que — como pudemos demonstrar em nosso gesto analítico para com a obra de Zweig — não é a única possível, sendo, portanto, política, na medida em que acusa uma divisão dos sentidos.

É importante mencionar que muitos consideram o relato de Zweig uma visão, de certo modo, romântica do Brasil. Concordamos, mas apenas parcialmente, pois é preciso lembrar as condições de produção desse relato. Em um mundo abalado pelos horrores da guerra, em permanente estado de tensão, o testemunho do escritor, calcado em uma convicção pacifista, revela-se historicamente fundamentado.

Com essa prática de análise, pensamos contribuir com as discussões em torno da retomada incessante de determinados enunciados ao longo da história. Cabe a nós, analistas, situar esses percursos discursivos, que fazem certas proposições soarem em uma direção e não em outra ou, como visto, soarem constantemente em uma mesma direção.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, SP, n. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.
- CASTORIADIS, C. Reflexões sobre o “desenvolvimento” e a “racionalidade”. In: _____. *As encruzilhadas do labirinto II – domínios do homem*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CRUZ, S. C. V. Brasil: aspectos políticos da crise econômica. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 49, p. 5-21, 2000.

CRUZ, S. C. V.; MORAES, Reginaldo, C. Estado e nação no Brasil: velhas questões, novos desafios. In: CRUZ, S. C. V. *O Brasil no mundo: ensaios de análise política e prospectiva*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DINES, A. *Prefácio*. In: ZWEIG, S. *Brasil, um país do futuro*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

_____. *A invenção do paraíso no inferno do Estado Novo*. s.d. Disponível em:

<http://www.casastefanzweig.org.br/sec_texto_view.php?id=18>. Acesso em: 03 maio 2014.

FERREIRA, M. C. L. (Coord.). *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 29-53.

INDURSKY, F. A função enunciativa do porta-voz no discurso sobre o MST. *ALEA: Estudos Neolatinos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 17-26, set. 2000.

MACHADO, J. G. R.; PAMPLONA, J. B. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 53-84, abr. 2008.

ORLANDI, E. P. *Prefácio*. In: ORLANDI, E. (Org.). *Discurso fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993a. p. 7-9.

_____. *Vão surgindo sentidos*. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Discurso fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993b. p. 11-25.

_____. *Discurso e argumentação: um observatório do político*. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, n. 1, p. 73-81, jul./dez. 1998.

_____. *Língua e conhecimento linguístico*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993a. p. 61-162.

_____. *Análise de discurso: três épocas*. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Jonas de A. Romualdo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993b. p. 311-319.

_____. *Ler o arquivo hoje*. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura. Da história no discurso*. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p. 55-66.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

_____. *Leitura e memória: projeto de pesquisa*. In: *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. 2. ed. ORLANDI, E. P. (Comp.). Tradução de Tania C. Clemente de Souza. Campinas, SP: Pontes, 2011. p. 141-150.

ZWEIG, S. *Brasil, um país do futuro*. Tradução de Kristina Michahelles. Porto Alegre: L&PM, 2013.

FONTES

ÁUDIO do discurso da Presidenta Dilma Rousseff, na cerimônia de posse dos novos ministros de Estado do MDA; das Cidades; da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Pesca e Aquicultura; do Turismo; e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (19min53s). Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/centrais-de-conteudos/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros-de-estado-do-mda-das-cidades-da-ciencia-tecnologia-e-inovacao-da-pesca-e-aquicultura-do-turismo-e-da-agricultura-pecuaria-e-abastecimento-19min53s>>. Acesso em: 20.03.2014.

Recebido em: 07/10/14. Aprovado em 14/03/15.

BRAGA, Diego Vieira; ERNST, Aracy. Ser ou não ser “país do futuro”, eis uma questão discursiva. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 15, n. 1, p. 169-182, jan./abr. 2015.

Title: *To be or not to be “country of the future”, that is a discursive question*

Authors: *Diego Vieira Braga; Aracy Ernst*

Abstract: *In this article, we analyze Brazilian President Dilma Rousseff's pronouncement about the statement “Brazil, a country of the future”, which is seen as constituent of the national imaginary. Based on the discourse analysis orientation of Michel Pêcheux, we investigate the memory and also the sense relationships that emerge from the enunciation. Bringing reflections from Orlandi (2012) about gesture interpretations and Castoriadis (1987) about the development as imaginary signification. We present that when the discourse, replies to the supposed negative image about the country created by the enunciation it perpetuates such representation. Therefore, the sense goes to one direction (politics).*

Keywords: *Discourse analysis. Political discourse. Interpretation. Imaginary. Development.*

Título: *Ser o no ser “país del futuro”, una cuestión discursiva*

Autores: *Diego Vieira Braga; Aracy Ernst*

Resumen: *En este artículo analizamos un pronunciamiento de la Presidente Dilma Rousseff, que hace referencia al enunciado “Brasil, un país del futuro”, visto aquí como constituyente del imaginario social. Basado en el análisis del discurso de orientación en Michel Pêcheux, investigamos la memoria y las relaciones de sentidos que emergen con la remisión al enunciado. Trayendo reflexiones como la de Orlandi (2012) sobre gestos de interpretación y de Castoriadis (1987) sobre desarrollo como significación imaginaria, mostramos que el referido discurso, al contestar la supuesta imagen negativa sobre el país, construida por el enunciado, perpetúa tal representación. Luego, el sentido en una sola dirección (política).*

Palabras-clave: *Análisis del discurso. Discurso político. Interpretación. Imaginario. Desarrollo.*